



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS **2025**

MINISTÉRIO DOS  
TRANSPORTES

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

**Ministério dos Transportes**

**Ministro dos Transportes**

Renan Filho

**Secretário Executivo do Ministério dos Transportes**

George Santoro

**Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**

Manuel Augusto Alves Silva

**Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação**

Diogo da Fonseca Tabalipa

**Subsecretaria de Sustentabilidade**

Cloves Eduardo Benevides

**Subsecretária de Fomento e Planejamento**

Gabriela Monteiro Avelino

**Subsecretário de Parcerias**

Hélio Carneiro Fernandes

**Secretário Nacional de Trânsito**

Adrualdo de Lima Catão

**Secretário Nacional de Transportes Ferroviário**

Leonardo Cezar Ribeiro

**Secretário Nacional de Transporte Rodoviário**

Viviane Esse

**Coordenador-Geral de Finanças e Contabilidade**

Fábio Cesar de Carvalho

**Coordenador de Contabilidade**

Ricardo Aguiar dos Prazeres

**Equipe Técnica**

Adriano Peixoto Franco

Amanda Fernandes Rabelo Prado

Edna da Rocha Lopes

Mara Queiroz Oliveira

Maria Cristina Liotto

Zilma Alexandre Maia

**Informações**

Telefone: (61) 2029-7494

Correio Eletrônico: [ccont.mt@transportes.gov.br](mailto:ccont.mt@transportes.gov.br)

Disponível em:

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Última alteração: 20/03/2026

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS .....</b>	<b>3</b>
<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>5</b>
<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....</b>	<b>7</b>
<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>10</b>
BALANÇO PATRIMONIAL	10
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS PERMANENTES	11
CONTAS DE CONTROLE	11
SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	11
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	12
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	13
RESTOS A PAGAR	14
BALANÇO FINANCEIRO	15
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	16
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17
<b>NOTAS EXPLICATIVAS.....</b>	<b>18</b>
01. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	18
02. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	20
(a) Moeda Funcional e Saldos em Moedas Estrangeiras	20
(b) Caixa e Equivalentes de Caixa	20
(c) Depósitos Restituíveis	20
(d) Créditos a Curto Prazo	21
(e) Estoques	21
(f) Ativo Realizável a Longo Prazo	21
(g) Imobilizado	22
(h) Intangível	22
(i) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão	22
(j) Passivos Circulantes e Não Circulantes	24
(k) Apuração do Resultado	25
03. REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL	25
04. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	28
05. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	30
06. ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	31
07. BENS MÓVEIS	32
08. BENS IMÓVEIS	34
09. INTANGÍVEL	35
10. ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	35
11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	36
12. RESERVA DE REAVALIAÇÃO	37
13. RESULTADOS ACUMULADOS	38
14. RECEITAS	38
15. DESPESAS CORRENTES	40
16. DESPESAS DE CAPITAL	42
17. EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DAS DESPESAS CORRENTES	43
18. EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DAS DESPESAS DE CAPITAL	45

## LISTA DE SIGLAS

ANTT	Agência Nacional de Transporte Terrestre
BF	Balanco Financeiro
BO	Balanco Orcamentario
BP	Balanco Patrimonial
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGU	Controladoria-Geral da Uniao
COGEP	Coordenacao Geral de Gestao de Pessoal
COGRL	Coordenacao Geral de Recursos Logisticos
DCON	Demonstrações Contábeis Consolidadas da Uniao
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
DPVAT	Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
FCA	Ferrovias Centro-Atlântica S/A
FICO	Ferrovias de Integração Centro-Oeste
FIOL	Ferrovias de Integração Oeste-Leste
FMM	Fundo da Marinha Mercante
FNAC	Fundo Nacional de Aviação Civil
FUNSET	Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito
GEIPOT	Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes
GRU	Guia de Recolhimento da Uniao
IFAC	International Federation of Accountants
INFRA S/A	VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A
IPSAS	International Public Sector Accounting Standards
ITL	Instituição Técnica Licenciada
LC	Lei Complementar
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público
MCOM	Ministério das Comunicações
ME	Ministério da Economia
MF	Ministério da Fazenda
MGI	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
MInfra	Ministério da Infraestrutura
MPOR	Ministério de Portos e Aeroportos
MTR	Ministério dos Transportes
NBC TSP	Normas Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público
NE	Notas Explicativas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

RENAINF	Registro Nacional de Infrações
SECOM/PR	Secretaria de Comunicação da Presidência da República
SFPLAN	Subsecretaria de Fomento e Planejamento
SGETI	Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação.
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAFIWeb	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal uso Web
SNTF	Secretaria Nacional de Transportes Ferroviários
SNTR	Secretaria Nacional de Transportes Rodoviários
SPAR	Subsecretaria de Parcerias
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPOA	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TED	Termo de Execução Descentralizada
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TCE/PB	Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
TCU	Tribunal de Contas da União
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Balanço Patrimonial	10
Tabela 02	Ativos e Passivos Financeiros Permanentes	11
Tabela 03	Contas de Controle	11
Tabela 04	Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial	11
Tabela 05	Demonstração das Variações Patrimoniais	12
Tabela 06	Receitas Orçamentárias	13
Tabela 07	Despesas Orçamentárias	13
Tabela 08	Restos a Pagar Não Processados	14
Tabela 09	Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	14
Tabela 10	Balanço Financeiro	15
Tabela 11	Demonstração dos Fluxos de Caixa	16
Tabela 12	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	17
Tabela 13	Caixa e Equivalentes de Caixa	28
Tabela 14	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	30
Tabela 15	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	31
Tabela 16	Ativo Realizável a Longo Prazo	31
Tabela 17	Bens Móveis - Valor Líquido	32
Tabela 18	Bens Móveis – Valor Bruto	33
Tabela 19	Depreciação Acumulada – Bens Móveis	33
Tabela 20	Bens Imóveis - Valor Líquido	34
Tabela 21	Bens Imóveis – Valor Bruto	34
Tabela 22	Depreciação Acumulada – Bens Imóveis	35
Tabela 23	Intangível – Valor Bruto	35
Tabela 24	Amortização Acumulada - Intangível	35
Tabela 25	Adiantamento a Clientes e Demais Obrigações a CP	36
Tabela 26	Valores Restituíveis	36
Tabela 27	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	36
Tabela 28	Principais Fornecedores	37
Tabela 29	Demais Reservas – Patrimônio Líquido	37
Tabela 30	Resultados Acumulados	38
Tabela 31	Superávits ou Déficits do Exercício	38
Tabela 32	Ajustes de Exercícios Anteriores	38
Tabela 33	Receitas Correntes	39
Tabela 34	Receitas de Serviços	39
Tabela 35	Outras Receitas Correntes	40
Tabela 36	Despesas Correntes	40
Tabela 37	Pessoal e Encargos Sociais	41
Tabela 38	Outras Despesas Correntes	42
Tabela 39	Despesas de Capital	42
Tabela 40	RP de Pessoal e Encargos Sociais Inscritos	43
Tabela 41	RP de Pessoal e Encargos Sociais Cancelados	44

Tabela 42	RP de Outras Despesas Correntes	44
Tabela 43	RP de Outras Despesas Correntes Canceladas	45
Tabela 44	RP de Investimentos	45
Tabela 45	RP de Investimentos Cancelados	46

## DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às Demonstrações Contábeis Consolidadas da União e suas Notas Explicativas de 31 de dezembro de 2025 do Ministério dos Transportes em sua administração direta e fundo público FUNSET.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

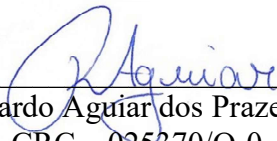
As Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a [Lei 4.320/64](#), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

a) Superavaliação de Bens Imóveis

Verificou-se superavaliação dos Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet. O saldo atualmente registrado é de R\$ 145.077.471,29, entretanto, considerando que o MTR não utiliza integralmente o imóvel, compartilhando sua área com outros três órgãos, o valor correto a ser reconhecido seria de R\$ 64.770.549,08, resultando em superavaliação no montante de R\$ 80.306.922,21.

b) Superavaliação de Atos Potenciais Passivos – Obrigações Contratuais

Constatou-se a existência de saldo superavaliado no valor de R\$ 1.315.448.449,21 referente a Atos Potenciais Passivos classificados como Obrigações Contratuais. Observou-se que diversos contratos a executar permanecem sem movimentação por mais de um exercício, o que inviabiliza a aferição do saldo efetivamente devido. A apuração e regularização do valor deverão ser objeto de questionamento à área competente no exercício subsequente.

  
\_\_\_\_\_  
Ricardo Aguiar dos Prazeres  
CRC – 025370/O-0  
Coordenador de Contabilidade

## APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da União (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos das Leis [nº 4.320/1964](#), [10.180/2001](#), [Lei Complementar \(LC\) nº 101/2000](#), [Decreto nº 93.872/1986](#) e [Decreto-Lei nº 200/1967](#), bem como, com o [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público \(MCASP\)](#) e o Manual SIAFIWeb, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As DCON têm a finalidade de apresentar à sociedade a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial do Ministério dos Transportes (MTR) em sua administração direta. Ele é composto pelo Balanço Patrimonial (BP), pela Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Essas demonstrações contábeis são acompanhadas pelas Notas Explicativas (NE).

No presente relatório estão evidenciadas as DCON do exercício de 2025, a divulgação representa um instrumento de transparência do Governo Federal.

Nas receitas orçamentárias, no ano de 2025, a previsão (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) foi de aproximadamente R\$ 931,664 milhões, representando um decréscimo nominal de 7,56% em relação ao ano de 2024. Na receita orçamentária arrecadada ocorreu decréscimo de 14,95%, sendo no exercício de 2025 arrecadação aproximada de R\$ 976,991 milhões.

A relação entre a arrecadação e a previsão dessas receitas orçamentárias em 31 de dezembro de 2025 ficou em 4,87% acima do previsto para o período.

Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), as despesas empenhadas apresentaram decréscimo nominal de 67,62%, enquanto as despesas pagas redução nominal de 70,08% em relação a 2024, totalizando R\$ 2,009 bilhões e R\$ 1,884 bilhão, respectivamente.

No início do exercício de 2025, registrava-se o saldo de R\$ 346,308 milhões de Restos a Pagar inscritos. Ao longo do exercício, a execução financeira alcançou R\$ 252,860 milhões, equivalente a 73,02%. No mesmo período, foram efetuados cancelamentos no montante de R\$ 47,896 milhões, resultando na reinscrição para o exercício subsequente do valor de R\$ 47,539 milhões.

O resultado patrimonial apurado no exercício de 2025 foi negativo em R\$ 1,739 bilhão. No ano anterior, o resultado positivo foi de R\$ 784,491 milhões.

O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2025, apresentou-se positivo em R\$ 1,397 bilhão. O valor do exercício encerrado em 2024 foi de R\$ 2,693 bilhões.

Ao final do exercício de 2025, o passivo exigível do MTR alcançou R\$ 31,991 milhões, sendo 99,94% de curto prazo. Em 2024, o passivo exigível foi de R\$ 34,330 milhões, ocorrendo decréscimo de 6,81% entre os períodos analisados dos exercícios.

A geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – apurada no BF e na DFC – foi negativa em R\$ 1,731 bilhão até 31 de dezembro de 2025. No mesmo período do ano anterior, observou-se uma geração líquida positiva de R\$ 908,859 milhões.

Serão apresentadas as DCON, acompanhadas das respectivas NE.

Boa leitura.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### BALANÇO PATRIMONIAL

Tabela 01

<b>Ativo</b>	<b>NE</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	<a href="#">04</a>	816.463.748,30	2.547.712.452,93
Créditos a Curto Prazo	<a href="#">05</a>	20.641.945,23	33.975.129,50
Estoques		6.794,94	41.998,17
		<b>201.335.862,91</b>	<b>196.043.403,17</b>
<b>Não Circulante</b>			
Ativo Realizável a Longo Prazo	<a href="#">06</a>	414.709.894,29	6.309.071,60
Créditos a Longo Prazo		414.709.894,29	6.309.071,60
Imobilizado		165.073.480,39	127.329.388,98
Bens Móveis	<a href="#">07</a>	12.189.523,34	14.707.981,59
Bens Móveis		41.378.078,59	52.157.395,67
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imó-		(29.188.555,25)	(37.449.414,08)
Bens Imóveis	<a href="#">08</a>	152.883.957,05	112.621.407,39
Bens Imóveis		152.915.629,62	112.848.104,15
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(31.672,57)	(226.696,76)
Intangível	<a href="#">09</a>	12.323.106,23	12.340.472,63
Softwares		12.323.106,23	12.340.472,63
Softwares		12.381.011,83	12.381.011,83
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(57.905,60)	(40.539,20)
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Dir. e Pat. Industriais		-	-
		<b>592.106.480,91</b>	<b>145.978.933,21</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.429.218.969,38</b>	<b>2.727.708.513,81</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		16.300.303,12	15.905.087,18
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	<a href="#">11</a>	2.021.337,24	598.203,97
Adiantamento a Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo	<a href="#">10</a>	13.651.505,19	17.779.697,70
		<b>31.973.145,55</b>	<b>34.282.988,85</b>
<b>Não Circulante</b>			
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		18.536,28	47.939,16
		<b>18.536,28</b>	<b>47.939,16</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Reserva de Reavaliação	<a href="#">12</a>	100.932.526,83	67.036.365,56
Resultados Acumulados	<a href="#">13</a>	1.296.294.760,72	2.626.341.220,24
Resultados do Exercício		(1.739.203.540,73)	784.491.629,89
Resultados de Exercícios Anteriores		2.626.341.220,24	1.840.786.730,66
Ajustes de Exercícios Anteriores		409.157.081,21	1.062.859,69
		<b>1.397.227.287,55</b>	<b>2.693.377.585,80</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>1.429.218.969,38</b>	<b>2.727.708.513,81</b>

### ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS PERMANENTES

Tabela 02			
Saldo Patrimonial	NE	2025	2024
<b>Ativo</b>			
Financeiro		816.463.748,30	2.547.712.452,93
Permanente		612.755.221,08	179.996.060,88
		<b>1.429.218.969,38</b>	<b>2.727.708.513,81</b>
<b>Passivo</b>			
Financeiro		220.359.050,79	178.199.888,90
Permanente		8.548.988,71	8.223.454,74
		<b>225.645.440,83</b>	<b>186.423.343,64</b>
<b>Saldo Patrimonial</b>		<b>1.200.310.929,88</b>	<b>2.541.285.170,17</b>

### CONTAS DE CONTROLE

Tabela 03			
Execução dos Atos Potenciais	NE	2025	2024
<b>Atos Potenciais Ativos</b>			
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		109.085.132,73	88.359.081,65
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		-	-
		<b>109.085.132,73</b>	<b>88.359.081,65</b>
<b>Atos Potenciais Passivos</b>			
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		9.164.957,86	44.264.037,51
Obrigações Contratuais		1.315.448.449,21	889.258.375,43
		<b>1.324.613.407,07</b>	<b>933.522.412,94</b>

### SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Tabela 04		
Destinação de Recursos	NE	Superávit / Déficit Financeiro
<b>Recursos Ordinários</b>		<b>(112.274.479,83)</b>
<b>Recursos Vinculados</b>		<b>708.379.177,34</b>
Seguridade Social (exceto Previdência)		(258.474,91)
Previdência Social (RPPS)		-
Fundos, Órgãos e Programas		708.637.652,25
<b>Total</b>		<b>596.104.697,51</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Tabela 05

Variação Patrimonial	NE	2025	2024
<b>Aumentativa</b>			
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		69.792.337,62	249.505.713,97
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		143.523.716,45	238.778.761,70
Transferências e Delegações Recebidas		20.166.261.261,49	18.593.128.617,81
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		7.931.936,89	1.163.885,34
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		726.602.912,63	681.614.625,55
		<b>21.114.112.165,08</b>	<b>19.764.191.604,37</b>
<b>Diminutiva</b>			
Pessoal e Encargos		140.235.488,58	139.175.040,31
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.314.428,13	1.277.169,05
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		174.797.593,25	213.561.028,88
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		38.523,69	5.365,47
Transferências e Delegações Concedidas		22.518.211.619,00	18.624.500.874,94
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		18.345.938,28	821.210,39
Tributárias		30.032,80	28.817,61
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		342.082,08	330.467,83
		<b>22.853.315.705,81</b>	<b>18.979.699.974,48</b>
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>		<b>(1.739.203.540,73)</b>	<b>784.491.629,89</b>

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Tabela 06

Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
<b>Corrente</b>	<b>14</b>				
Receita Patrimonial		179.622.810,00	179.622.810,00	145.850.921,87	(33.771.888,13)
Receitas de Serviços		71.585.659,00	71.585.659,00	62.649.321,34	(8.936.337,66)
Outras Receitas Correntes		680.456.357,00	680.456.357,00	768.491.543,43	88.035.186,43
		<b>931.664.826,00</b>	<b>931.664.826,00</b>	<b>976.991.786,64</b>	<b>45.326.960,64</b>
<b>Capital</b>					
		-	-	-	-
<b>Total de Receitas Orçamentárias</b>		<b>931.664.826,00</b>	<b>931.664.826,00</b>	<b>976.991.786,64</b>	<b>45.326.960,64</b>

Tabela 07

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
<b>Corrente</b>	<b>15</b>						
Pessoal e Encargos Sociais		832.059.649,00	131.128.648,00	127.662.957,09	125.296.589,06	116.138.565,33	3.465.690,91
Outras Despesas Correntes		336.791.309,00	249.204.669,00	245.594.133,17	107.587.378,63	104.693.749,20	3.610.535,83
		<b>1.168.850.958,00</b>	<b>380.333.317,00</b>	<b>373.257.090,26</b>	<b>232.883.967,69</b>	<b>220.832.314,53</b>	<b>7.076.226,74</b>
<b>Capital</b>	<b>16</b>						
Investimentos		1.485.482.025,00	616.018.356,00	588.888.360,22	583.795.827,19	583.767.043,40	27.129.995,78
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
		<b>1.485.482.025,00</b>	<b>616.018.356,00</b>	<b>588.888.360,22</b>	<b>583.795.827,19</b>	<b>583.767.043,40</b>	<b>27.129.995,78</b>
RESERVA DE CONTIGÊNCIA		779.530.367,00	725.643.524,00	-	-	-	725.643.524,00
<b>Total das Despesas Orçamentárias</b>		<b>3.433.863.350,00</b>	<b>1.721.995.197,00</b>	<b>962.145.450,48</b>	<b>816.679.794,88</b>	<b>804.599.357,93</b>	<b>759.849.746,52</b>

## RESTOS A PAGAR

Tabela 08

RP Não Processados	NE	Inscritos ex. Anteriores	Inscritos 31 de Dezembro ex. anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
<b>Corrente</b>	<b><u>17</u></b>						
Pessoal e Encargos Sociais		-	6.977.851,16	2.291.492,89	2.291.492,89	4.686.358,27	-
Outras Despesas Correntes		47.127.854,68	82.982.982,50	51.920.708,16	51.891.645,63	41.720.612,89	36.498.578,66
		<b>47.127.854,68</b>	<b>89.960.833,66</b>	<b>54.212.201,05</b>	<b>54.183.138,52</b>	<b>46.406.971,16</b>	<b>36.498.578,66</b>
<b>Capital</b>	<b><u>18</u></b>						
Investimentos		8.775.778,71	3.208.927,53	8.756.159,43	8.756.159,43	217.820,13	3.010.726,68
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
		<b>8.775.778,71</b>	<b>3.208.927,53</b>	<b>8.756.159,43</b>	<b>8.756.159,43</b>	<b>217.820,13</b>	<b>3.010.726,68</b>
<b>Total</b>		<b>55.903.633,39</b>	<b>93.169.761,19</b>	<b>62.968.360,48</b>	<b>62.939.297,95</b>	<b>46.624.791,29</b>	<b>39.509.305,34</b>

Tabela 09

RP Processados e Não Processados Liquidados	NE	Inscritos ex. Anteriores	Inscritos 31 de Dezembro ex. anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
<b>Corrente</b>	<b><u>17</u></b>					
Pessoal e Encargos Sociais		496.516,15	184.278.911,45	183.659.479,68	1.115.947,92	0,00
Outras Despesas Correntes		5.354.525,18	7.850.285,64	5.178.438,83	19.420,22	8.006.951,77
		<b>5.851.041,33</b>	<b>192.129.197,09</b>	<b>188.837.918,51</b>	<b>1.135.368,14</b>	<b>8.006.951,77</b>
<b>Capital</b>	<b><u>18</u></b>					
Investimentos		1.242.350,00	761,67	1.083.335,80	136.100,00	23.675,87
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
		<b>1.242.350,00</b>	<b>761,67</b>	<b>1.083.335,80</b>	<b>136.100,00</b>	<b>23.675,87</b>
<b>Total</b>		<b>7.093.391,33</b>	<b>192.129.958,76</b>	<b>189.921.254,31</b>	<b>1.271.468,14</b>	<b>8.030.627,64</b>

## BALANÇO FINANCEIRO

Tabela 10			
Ingressos	NE	2025	2024
<b>Receitas Orçamentárias</b>			
Ordinárias		-	-
Vinculadas		1.017.891.880,71	1.361.935.181,55
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(40.900.094,07)	(39.105.536,55)
		<b>976.991.786,64</b>	<b>1.322.829.645,00</b>
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>			
Resultantes da Execução Orçamentária		14.814.544.307,55	11.468.443.684,16
Independentes da Execução Orçamentária		5.350.951.729,38	7.119.073.233,76
		<b>20.165.496.036,93</b>	<b>18.587.516.917,92</b>
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		13.665.034,45	14.398.743,73
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		158.201.016,32	98.012.881,03
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		19.697.488,75	19.169.633,37
Outros Recebimentos Extraorçamentários		-	1.852.563,04
		<b>191.563.539,52</b>	<b>133.433.821,17</b>
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.547.712.452,93	1.638.853.060,94
		<b>2.547.712.452,93</b>	<b>1.638.853.060,94</b>
<b>Total</b>		<b>23.881.763.816,02</b>	<b>21.682.633.445,03</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Despesas Orçamentárias</b>			
Ordinárias		913.116.553,89	265.786.649,99
Vinculadas		83.788.777,38	120.615.270,46
		<b>996.905.331,27</b>	<b>386.401.920,45</b>
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>			
Resultantes da Execução Orçamentária		14.017.055.986,61	11.214.759.967,86
Independentes da Execução Orçamentária		7.912.417.875,70	7.405.845.715,25
		<b>21.929.473.862,31</b>	<b>18.620.605.683,11</b>
<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>			
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	<u>17/18</u>	13.049.765,44	14.456.039,00
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	<u>17/18</u>	66.567.661,45	66.702.440,65
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		21.892.959,64	13.551.845,07
Outros Pagamentos Extraorçamentários		37.410.487,61	33.203.063,82
		<b>138.920.874,14</b>	<b>127.913.388,54</b>
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>04</u>	816.463.748,30	2.547.712.452,93
		<b>816.463.748,30</b>	<b>2.547.712.452,93</b>
<b>Total</b>		<b>23.881.763.816,02</b>	<b>21.682.633.445,03</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Tabela 11

<b>Atividades Operacionais</b>	<b>NE</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Ingressos</b>	<b>14</b>		
Receita Patrimonial		145.850.921,87	-
Receita de Serviços		62.649.321,34	75.429.902,15
Remuneração das Disponibilidades		-	190.553.236,41
Outras Receitas Derivadas e Originárias		768.491.543,43	1.056.846.506,44
Outros Ingressos Operacionais		20.185.193.525,68	18.608.539.114,33
		<b>21.162.185.312,32</b>	<b>19.931.368.759,33</b>
<b>Desembolsos</b>			
Pessoal e Demais Despesas		(294.549.0004,09)	(334.551.859,23)
Administração		(3.495.375,29)	(799.334,00)
Previdência Social		-	-
Educação		-	-
Gestão Ambiental		-	-
Ciência e Tecnologia		-	-
Comunicações		(6.860.221,96)	(8.092.839,20)
Transporte		(284.170.719,60)	(325.642.756,79)
Encargos Especiais		(22.687,24)	(16.929,24)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas		-	-
Transferências Concedidas		(17.583.738,80)	(19.014.465,87)
Outros Desembolsos Operacionais		(21.988.777.309,56)	(18.667.360.592,00)
		<b>(22.300.910.052,45)</b>	<b>(19.020.926.917,10)</b>
<b>Total das Atividades Operacionais</b>		<b>(1.138.724.740,13)</b>	<b>910.441.842,23</b>
<b>Atividades de Investimento</b>	<b>NE</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Ingressos</b>			
		-	-
<b>Desembolsos</b>			
Aquisição de Ativos Não Circulante		(3.111.394,26)	(216.170,49)
Outros Desembolsos de Investimentos		(589.412.570,24)	(1.366.279,75)
		<b>(592.523.964,50)</b>	<b>(1.582.450,24)</b>
<b>Total das Atividades de Investimento</b>		<b>(592.523.964,50)</b>	<b>(1.582.450,24)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>	<b>NE</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Ingressos</b>			
		-	-
<b>Desembolsos</b>			
		-	-
<b>Total das Atividades de Financiamento</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(1.731.248.704,63)</b>	<b>908.859.391,99</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		2.547.712.452,93	1.638.853.060,94
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		<b>816.463.748,30</b>	<b>2.547.712.452,93</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Tabela 12

	NE	Demais Re- servas	Resultados Acu- mulados	Total
<b>Saldo Inicial do Exercício 2024</b>		<b>52.066.168,91</b>	<b>1.840.831.703,72</b>	<b>1.892.897.872,63</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores		1.054.994,05	1.062.859,69	2.117.853,74
Const. / Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		13.915.202,60	(44.973,06)	13.870.229,54
Resultado do Exercício		-	784.491.629,89	784.491.629,89
<b>Saldo Final do Exercício 2024</b>		<b>67.036.365,56</b>	<b>2.626.341.220,24</b>	<b>2.693.377.585,80</b>
<b>Saldo Inicial do Exercício 2025</b>		<b>67.036.365,56</b>	<b>2.626.341.220,24</b>	<b>2.693.377.585,80</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores	<u>13</u>	299.752,71	409.157.081,21	409.456.833,92
Const. / Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	<u>12</u>	33.596.408,56	-	33.596.408,56
Resultado do Exercício	<u>13</u>	-	(1.739.203.540,73)	(1.739.203.540,73)
<b>Saldo Final do Exercício 2025</b>		<b>100.932.526,83</b>	<b>1.296.294.760,72</b>	<b>1.397.227.287,55</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS

### 01. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As DCON são elaboradas em consonância com os dispositivos da [Lei nº 4.320/1964](#), do [Decreto-lei nº 200/67](#), do [Decreto nº 93.872/1986](#), da [Lei nº 10.180/2001](#) e da [LC nº 101/2000](#). São baseadas, também, no [MCASP](#) e no Manual SIAFI, editados pela STN, e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela *International Federation of Accountants* (IFAC), respectivamente.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Ressalta-se que a extração, consolidação e tratamento de todos os dados utilizados na elaboração das tabelas constantes nas Notas Explicativas foram realizados exclusivamente a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). As informações apresentadas refletem fielmente os registros contábeis oficiais, observando-se os critérios de integridade, rastreabilidade e consistência dos dados.

Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP) – estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidência qualitativamente e quantitativamente a situação patrimonial do Órgão;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) – evidencia as variações quantitativas e qualitativas resultantes e as independentes da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial;
- III. Balanço Orçamentário (BO) – evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. É estruturado de maneira a demonstrar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária;
- IV. Balanço Financeiro (BF) – evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) – permite que os usuários projetem cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos;

VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) – divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período; e

VII. Notas explicativas (NE) – parte integrante das demonstrações contábeis, incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Elaboradas a partir das informações constantes no SIAFI, as DCON consolidam as contas do MTR em sua administração direta, integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira.

As DCON apresentam as seguintes particularidades, frutos das características dos procedimentos adotados na União:

I. Não apresentação do Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas, um dos anexos da DVP, uma vez que:

- (i) é de evidenciação facultativa;
- (ii) não há um consenso sobre as informações que devem ser evidenciadas no respectivo quadro; e
- (iii) as principais informações sobre a execução de despesas orçamentárias que causam variações qualitativas no patrimônio da União estão disponíveis no BO e em seus quadros anexos;

II. O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de caixa (conforme art. 1º e 2º do [Decreto nº 93.872/86](#)), exige que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em conta única. Desta forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa”;

III. Na DFC são incluídos os fluxos de caixa extraorçamentários, considerando que, em observância ao princípio de unidade de caixa, estes recursos transitam na conta única;

## 02. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, considerando as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

### **(a) Moeda Funcional e Saldos em Moedas Estrangeiras**

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Essa dualidade de moedas provoca variações monetárias, assim como a utilização de taxas de conversão diferentes para a execução orçamentária e financeira, em decorrência do espaço de tempo existente entre as etapas da execução da despesa orçamentária.

A variação cambial dos saldos em moeda estrangeira tem seus efeitos ajustados diariamente de forma automática em contas contábeis definidas pelo Órgão Central de Contabilidade, visando à consistência das informações para consulta a qualquer momento.

Destaca-se que, devido à variação cambial, a fase da execução da despesa orçamentária poderá apresentar valores maiores que a dotação atualizada da despesa orçamentária, apresentando uma aparente desconformidade.

### **(b) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Incluem a conta única e demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

### **(c) Depósitos Restituíveis**

Conforme disposto no [Decreto nº 93.872](#), de 23 de dezembro de 1986, a União está obrigada a adotar o princípio de unidade de tesouraria. Segundo o referido Decreto, “a realização da receita e despesa da União far-se-á por via bancária, em estrita observância ao princípio de unidade de caixa.” (art. 1º).

De modo expresse, o Decreto estabelece que o conceito adotado para receita é “[...] todo e qualquer ingresso de caráter obrigatório ou derivado, ordinário ou extraordinário e de natureza orçamentária ou extraorçamentária, seja geral ou vinculado [...]”. De modo tácito, pode-se estender as características apresentadas para caracterizar o conceito de despesa.

Neste sentido, os depósitos restituíveis, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias, estão contabilizados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

**(d) Créditos a Curto Prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- (i) créditos tributários;
- (ii) créditos não tributários;
- (iii) dívida ativa;
- (iv) transferências concedidas;
- (v) empréstimos e financiamentos concedidos;
- (vi) adiantamentos; e
- (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

**(e) Estoques**

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, matérias-primas e almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

**(f) Ativo Realizável a Longo Prazo**

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com:

- (i) créditos tributários;
- (ii) créditos não tributários;
- (iii) dívida ativa;
- (iv) empréstimos e financiamentos concedidos;
- (v) investimentos temporários; e
- (vi) estoques.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Em relação aos estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma:

- (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e
- (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para os ativos desse subgrupo, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

#### **(g) Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) do período.

#### **(h) Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

#### **(i) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações, tem como base legal a [Lei nº 4.320/1964](#), a [LC nº 101/2000](#), as Normas Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público (NBC TSP), o MCASP e a [Lei nº 10.180/2001](#). Os procedimentos contábeis estão descritos, detalhadamente, no Manual SIAFIWeb, [Macrofunção](#)

[SIAFI 020330](#), disponível no sítio da STN/ME e na [Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014](#). As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a [Lei nº 6.404/1976](#), embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

***(i.1) Reavaliação***

Segundo a [Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014](#), os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU);

Quando houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros. Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

***(i.2) Redução ao Valor Recuperável***

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do [MCASP](#) (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, [Macrofunção SIAFI 020330](#), disponível no sítio da STN/ME.

No momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por irrecoverabilidade foi reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, efetuando lançamentos cuja contrapartida foi diretamente no patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por irrecoverabilidade do ativo é reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida diretamente o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por irrecoverabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo é ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

***(i.3) Depreciação, Amortização ou Exaustão de Bens Imóveis Não Cadastrados no SPIUnet e Bens Móveis***

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet) e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

#### ***(i.4) Depreciação de Bens Imóveis Cadastrados no SPIUnet***

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

#### **(j) Passivos Circulantes e Não Circulantes**

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão:

- (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- (ii) empréstimos e financiamentos;
- (iii) fornecedores e contas a pagar;
- (iv) obrigações fiscais;
- (v) obrigações de repartições a outros entes;
- (vi) provisões; e
- (vii) demais obrigações.

Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

### **(k) Apuração do Resultado**

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

#### ***(k.1) Resultado Patrimonial***

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das VPD.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

#### ***(k.2) Resultado Orçamentário***

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da [Lei nº 4.320/1964](#). Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O Superavit/Déficit é apresentado diretamente no BO.

#### ***(k.3) Resultado Financeiro***

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No BF, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na DFC, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

## **03. REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL**

A organização básica dos Ministérios estabelecida pela [Medida Provisória nº 1.154](#), de 1º de janeiro de 2023, dispôs no Capítulo III, artigo 51, inciso VI, sobre a criação, por

desmembramento do Ministério da Infraestrutura (MInfra), os Ministérios dos Transportes e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) foi convertida na [Lei nº 14.600](#), de 19 de junho de 2023.

Conforme o artigo 47, Seção XXX, da Lei supracitada, as áreas de competência do MTR são:

I - política nacional de transportes ferroviário e rodoviário;

II - política nacional de trânsito;

III - participação no planejamento estratégico, no estabelecimento de diretrizes para sua implementação e na definição das prioridades dos programas de investimentos em transportes ferroviário e rodoviário, em articulação com o Ministério de Portos e Aeroportos;

IV - elaboração ou aprovação dos planos de outorgas, na forma prevista em legislação específica;

V - estabelecimento de diretrizes para a representação do País em organismos internacionais e em convenções, em acordos e em tratados relativos às suas competências; e

VI - desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura ferroviária e rodoviária no âmbito de sua competência, com a finalidade de promover a segurança e a eficiência do transporte de cargas e de passageiros.

O [Decreto nº 11.360](#), de 01 de janeiro de 2023, aprovou a atual Estrutura Regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do MTR. No tocante ao MPOR o Decreto regulamentador é o [nº 11.354](#), de 1º de janeiro de 2023.

De acordo com o parágrafo único, do artigo 1º do [Decreto nº 11.360/23](#), as competências atribuídas ao MTR compreendem:

I - a formulação, a coordenação e a supervisão das políticas nacionais;

II - a elaboração de estudos e projeções relativos aos assuntos de transportes e de infraestruturas ferroviário e rodoviário e do transporte intermodal e multimodal, ao longo de eixos e fluxos de produção, em articulação com o Ministério de Portos e Aeroportos e os demais órgãos governamentais competentes, com atenção às exigências de mobilidade urbana e de acessibilidade;

III - a transferência, para os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, da implantação, da administração, da operação, da manutenção e da exploração da infraestrutura integrante do Sistema Nacional de Viação;

IV - a formulação de diretrizes para o desenvolvimento do setor de trânsito; e

V - o planejamento, a regulação, a normatização e a gestão da aplicação de recursos em políticas de trânsito.

Portanto, a nova estrutura do MTR contempla os modais rodoviário e ferroviário. Tendo como órgãos específicos singulares a Secretaria Nacional de Transportes Rodoviário, Secretaria Nacional de Transportes Ferroviários e Secretaria Nacional de Trânsito. Subordinados à Secretaria Executiva estão as Subsecretarias de Sustentabilidade, Subsecretaria de Parceiras, Subsecretaria de Fomento e Planejamento, Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração e Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação.

O Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito (FUNSET) compõe a atual estrutura do MTR. No entanto, Fundo da Marinha Mercante (FMM) e Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) não mais, atualmente, pertencem à nova estrutura do MPOR.

No exercício de 2025, a estrutura do Ministério na administração direta no SIAFI é organizada da seguinte forma:

- (i) Coordenação Geral de Gestão de Pessoas – COGEP;
- (ii) Coordenação Geral de Recursos Logísticos – COGRL;
- (iii) Secretaria Nacional de Transportes Ferroviários – SNTF;
- (iv) Secretaria Nacional de Transportes Rodoviários – SNTR;
- (v) Secretaria Nacional de Trânsito – SENATRAN;
- (vi) Subsecretaria de Fomento e Planejamento – SFPLAN;
- (vii) Subsecretaria de Parcerias – SPAR;
- (viii) Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA.
- (ix) Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação – SGETI.

No ano de 2021 foi publicado o [Decreto nº 10.788/2021](#), de 06/09/2021, que instituiu no artigo 2º, inciso II, alínea d, a Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN). Desta forma, o que antes era o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), atualmente é SENATRAN.

Com base nas mudanças organizacionais ocorridas no MTR, foi estabelecida a criação da unidade gestora SENATRAN no SIAFI. Essa medida foi adotada para consolidar e centralizar os lançamentos que anteriormente estavam atribuídos à unidade gestora DENATRAN.

Como parte desse processo de reestruturação, houve uma transferência automática dos recursos de Custeio/Investimento, provenientes da retificação de Guias de Recolhimento da União (GRU) do antigo DENATRAN, para o Caixa da SENATRAN.

Essa ação automatizada permitiu a realocação dos recursos de forma adequada, direcionando-os para a conta apropriada dentro da nova estrutura organizacional. Essa mudança busca uma melhor organização e controle dos recursos, garantindo uma gestão mais eficiente e transparente dos recursos destinados a SENATRAN.

#### 04. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

No exercício de 2025, a conta de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou um saldo de R\$ 816.463.748,30, representando 97,53% do total do Ativo Circulante. Em comparação a dezembro de 2024, houve uma variação negativa de R\$ 1.731.248.704,63, o que corresponde a um decréscimo de 67,95%. A variação no saldo está relacionada à baixa dos recursos aplicados na CTU.

Essa variação negativa indica uma piora na disponibilidade de recursos financeiros líquidos e equivalentes de caixa do Ministério, diminuindo sua capacidade de realizar pagamentos, cumprir obrigações financeiras e financiar suas atividades operacionais de forma eficiente.

A conta de Caixa e Equivalentes está segmentada da seguinte forma:

Tabela 13

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	DEZ/2025	AV%	DEZ/2024	AV%	AH	AH%
BANCOS	16.521,32	0,00%	16.521,32	0,00%	0,00	0,00%
CAIXA	283.841.692,60	34,76%	164.973.895,74	6,48%	118.867.796,86	72,05%
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL (CTU)	523.489.984,36	64,12%	2.371.329.365,99	93,08%	-1.847.839.381,63	-77,92%
GARANTIAS	9.115.550,02	1,12%	11.392.669,88	0,45%	-2.277.119,86	-19,99%
<b>Total</b>	<b>816.463.748,30</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.547.712.452,93</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1.731.248.704,63</b>	<b>-67,95%</b>

Durante o ano de 2025, foram realizadas aplicações na CTU no valor de R\$ 513.438.158,60, enquanto ocorreram resgates no valor de R\$ 2.507.128.462,10. Como resultado das aplicações, foram gerados rendimentos de R\$ 145.850.921,87. Houve uma redução no montante aplicado na CTU de R\$ 1.847.839.381,63, representando um decréscimo de 77,92% em relação ao valor anterior.

A redução das aplicações da CTU deve-se ao fato que o financeiro foi transferido para o pagamento de amortização da dívida pública, conforme art. 2º [LC nº 211](#), de 30 de dezembro de 2024 e [portaria SOF/MPO nº 241](#), de 06 de agosto de 2025, sendo transferidos R\$ 2.465.453.968,12 pelo FUNSET e R\$ 14.740.931,88 pela SENATRAN, totalizando a transferência financeira de R\$ 2.480.194.900,00.

Considerando o entendimento tido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União consignado no item 9.2 do [Acórdão nº 2717/2023- TCU - Plenário](#), de que os valores depositados em contas vinculadas a contratos de serviços contínuos devem ser reconhecidos como ativos da Administração, em contrapartida a um passivo, a exemplo das contas-depósito vinculadas

tratadas pela [Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5](#), de 26 de maio de 2017, a [Macrofunção 021126 - Depósitos em Garantia](#) passa a contar com item 4.6, onde é tratada a contabilização desses recursos na forma entendida por aquele Tribunal.

As Garantias correspondem a 1,12% do total da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa. O montante de R\$ 9.115.550,02 refere-se aos valores registrados de garantias contratuais, pelo reconhecimento do Ativo e Passivo relativo ao saldo da conta vinculada, registrados na SPOA – Administrativo e SGETI, com saldos de R\$ 7.895.717,06 e R\$ 1.219.832,96 respectivamente, ocorreu redução de 19,99% comparado a dezembro de 2024, equivalente a R\$ 2.277.119,86.

Durante os meses analisados, os saldos registrados em Banco Conta Movimento não obtiveram movimentação. Deste valor, cem por cento são relacionados a registros de depósitos judiciais da extinta Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT, sendo que o montante de R\$ 16.521,32 está registrado na COGEP.

Dos valores provenientes de Caixa, ocorreu uma variação positiva de R\$ 118.867.796,86 até o quarto trimestre de 2025. Essas entradas em caixa são oriundas de transferências recebidas do Ministério da Fazenda (MF) através da STN, com o objetivo de custear as despesas do MTR, tanto em suas unidades diretas quanto em fundos e entidades vinculadas.

É importante destacar que a SPOA desempenha o papel de setorial financeira de Órgão Superior, responsável por receber os recursos financeiros e distribuí-los às demais unidades do MTR.

Essa movimentação de recursos visa garantir o adequado financiamento das atividades e despesas do Ministério, proporcionando a execução das ações planejadas e o cumprimento de suas responsabilidades. A transferência de recursos financeiros para as diferentes unidades, incluindo fundos e entidades indiretas, busca assegurar que todos os setores relacionados ao Ministério recebam os recursos necessários para seu funcionamento e desenvolvimento.

Essa gestão centralizada dos recursos financeiros permite uma melhor coordenação e controle das finanças do MTR, garantindo uma utilização eficiente e transparente dos recursos públicos alocados para o setor de infraestrutura do país.

Ressalta-se que a variação positiva nos valores comparados nos períodos ocorreu majoritariamente em duas áreas especificamente. O FUNSET que registrou uma variação positiva de R\$ 100.405.556,59 e a SENATRAN com aumento de R\$ 27.908.389,46. Em contraponto ocorreu variação negativa em todas as demais unidades da Pasta totalizando o valor de R\$ 9.446.149,19.

Dos recursos de R\$ 283.841.692,60 provenientes de Caixa, é possível identificar uma segmentação significativa em diferentes áreas do MTR. Vejamos os valores correspondentes a cada área:

1. SENATRAN: Um total de R\$ 156.305.994,67, o que representa aproximadamente 55,07% do montante total, está alocado nessa unidade.
2. FUNSET: registrou um montante de R\$ 100.405.556,59, o qual corresponde a 35,37% do total. Esses recursos deverão ser utilizados para políticas públicas voltadas ao financiamento de programas, projetos e ações de segurança viárias, redução de acidentes e educação para o trânsito.
3. SPOA – Setorial: Com um montante de R\$ 13.589.465,53, correspondendo a aproximadamente 4,79% dos recursos recebidos. Esse valor confirma o papel da SPOA – Setorial como uma unidade responsável por transferir recursos financeiros para outras unidades do Ministério, garantindo o adequado fluxo de recursos e o suporte financeiro necessário para a realização das atividades.
4. COGEP: Há um registro de R\$ 8.106.105,36, equivalente a cerca de 2,86% dos recursos totais, destinados à COGEP. Esse valor demonstra a importância dessa área no contexto geral do MTR, indicando que ela desempenha um papel relevante na gestão de pessoal e nas políticas de recursos humanos.

## 05. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, no exercício 2025, apresentaram um montante total de R\$ 20.641.945,23, o que corresponde a 2,47% do total do Ativo Circulante. Em comparação com o último trimestre de 2024, houve uma redução aproximadamente de 39,24%, quer seja, R\$ 13.333.184,27.

Esses valores estão registrados de acordo com a seguinte distribuição:

Tabela 14

DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	DEZ/2025	AV%	DEZ/2024	AV%	AH	AH%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	957.606,86	4,64%	106.250,28	0,31%	851.356,58	801,27%
DEPOSITOS REST E VALORES VINCULADOS A RECEBER	0,00	0,00%	28.669,97	0,08%	-28.669,97	-100,00%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	19.684.338,37	95,36%	33.840.209,25	99,60%	-14.155.870,88	-41,83%
<b>Total</b>	<b>20.641.945,23</b>	<b>100,00%</b>	<b>33.975.129,50</b>	<b>100,00%</b>	<b>-13.333.184,27</b>	<b>-39,24%</b>

No exercício de 2025, os Adiantamentos Concedidos tiveram variação positiva de 801,27%, no valor de R\$ 851.356,58 em comparação com o exercício anterior. Essa variação positiva se refere, em sua totalidade aos Adiantamentos Concedidos a Pessoal, que são lançamentos realizados na folha de pagamento, como antecipação de salários e ordenados, adiantamento de férias e adiantamento do 13º salário pela COGEP.

Nos Depósitos Restituíveis, verifica-se que o saldo remanescente, no valor de R\$ 28.669,97, foi totalmente baixado em julho pela COGEP, devido aos acertos contábeis relacionados ao arquivamento de processos trabalhistas.

Tabela 15

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	DEZ/2025	AV%	DEZ/2024	AV%	AH	AH%
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	18.624.987,42	94,62%	30.297.042,51	89,53%	-11.672.055,09	-38,53%
CRED A REC DECOR DE INFRAC LEG E CONTRATUAIS	0,00	0,00%	8.088,96	0,02%	-8.088,96	-100,00%
RENDIMENTO DE APLICACOES POR COMPETENCIA	1.059.350,95	5,38%	3.535.077,78	10,45%	-2.475.726,83	-70,03%
<b>Total</b>	<b>19.684.338,37</b>	<b>100,00%</b>	<b>33.840.209,25</b>	<b>100,00%</b>	<b>-14.155.870,88</b>	<b>-41,83%</b>

Os Outros Créditos a Receber a Curto Prazo tiveram a expressiva variação negativa de R\$ 14.155.870,88, sendo 41,83%. A redução de R\$ 11.672.055,09 corresponde aos valores repassados de TED que estiveram registrados no ativo da SNTR até que o recebedor dos recursos comprovou a utilização do saldo no objeto firmado e por isso foram ajustados para situação de “aprovado” no mês de junho 2025 retirando o saldo de créditos a receber. Concomitantemente, houve uma variação positiva nas unidades da SNTF, SFPLAN e SGETI referente às descentralizações financeiras para cumprimento de TEDs já firmados e novos.

A redução de Rendimento de Aplicações por Competência ocorreu em sua totalidade no FUNSET, decréscimo de 70,03% entre os períodos. Refere-se ao reconhecimento, por parte do Tesouro Nacional, de valores a receber referentes às aplicações na CTU para o terceiro decêndio de dezembro de 2025, que frustraram em R\$ 2.475.726,83 os valores a receber do terceiro decêndio de dezembro de 2024.

Esta redução se deve as devoluções de recursos financeiros que estava em caixa, conforme [Nota 04. Caixa e Equivalentes de Caixa](#), não estando aplicadas na CTU e sem gerar rendimentos ao FUNSET.

## 06. ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO

Os Demais Créditos e Valores a Longo Prazo apresentaram um montante expressivo de R\$ 414.709.894,29, o que corresponde a aproximadamente 70,04% do total do Ativo Não Circulante. Em comparação com o último trimestre de 2024 houve um acréscimo de 6473,23%, quer seja, R\$ 408.400.822,69.

Esses valores estão registrados de acordo com a seguinte distribuição:

Tabela 16

ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	DEZ/2025	AV%	DEZ/2024	AV%	AH	AH%
CREDITO POR DANO AO PATRIMONIO - DECISAO TCU	2.896.429,40	0,70%	2.751.495,63	43,61%	144.933,77	5,27%
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	3.679.481,70	0,89%	3.527.681,70	55,91%	151.800,00	4,30%
OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	408.133.983,19	98,41%	29.894,27	0,47%	408.104.088,92	1365158,24%
<b>Total</b>	<b>414.709.894,29</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.309.071,60</b>	<b>100,00%</b>	<b>408.400.822,69</b>	<b>6473,23%</b>

Foram registrados na SNTF o valor de R\$ 408.133.983,19 de Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo, que são referentes ao registro de operações do chamado “Investimento Cruzado”. Essas operações estão previstas na [Lei nº 13.448](#), de 5 de junho de 2017, conhecida comumente como “Lei do Investimento Cruzado”, que permite a concessionárias de infraestruturas e de serviços de transportes ferroviários e rodoviários antecipem a renovação de seus contratos mediante a realização de investimentos em outras infraestruturas, em substituição ao pagamento em dinheiro de outorgas costumeiramente exigido em uma concessão de serviços públicos.

Este valor refere-se ao registro contábil da execução dos Investimentos Cruzados em ferrovias, no caso a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO) e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), que na auditoria interna realizada pela CGU apontou distorções no Balanço Geral da União 2024 do Ministério dos Transportes relativos aos registros patrimoniais.

Após um longo processo, documentado no SEI nº 50000.016829/2025-69, com diversas reuniões entre os interessados (ANTT, INFRA S/A, STN, MTR e CGU), e seguindo a posterior Nota Técnica nº 2663/2025/MF, elaborada pelo Órgão Central de Contabilidade Federal da STN, assim como troca de diversos e-mails, o registro foi realizado em Crédito a Receber de Entidades Federais na SNTF pela INFRA S/A no mês de novembro, decorrente do entendimento que ao Ministério dos Transportes compete a supervisão ministerial na aplicação de subvenção concedida à INFRA S/A, nos termos dos artigos 19 e 25, incisos I, II e VIII, do [Decreto-Lei nº 200, de 1967](#), para aquisição de trilhos e dormentes da FIOL.

## 07. BENS MÓVEIS

No exercício de 2025, o valor total dos Bens Móveis registrados foi de R\$ 12.189.523,34, representando aproximadamente 7,38% do total do Imobilizado. Houve um decréscimo de R\$ 2.518.458,25 em comparação com o encerramento de 2024, o que corresponde a uma diminuição de 17,12%.

A conta de Bens Móveis está segmentada da seguinte forma:

Tabela 17

BENS MOVEIS - VALOR LIQUIDO	VALOR BRUTO DEZ/25	DEPRECIACAO ACUMULADA	VALOR LIQUIDO DEZ/25
BENS DE INFORMATICA	24.110.942,26	-18.397.949,77	5.712.992,49
BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO	13.874,75		13.874,75
DEMAIS BENS MOVEIS	20.147,55	-18.098,81	2.048,74
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA	2.661.044,81	-1.596.018,35	1.065.026,46
MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO	2.620.459,36	-1.096.745,61	1.523.713,75
MOVEIS E UTENSILIOS	11.714.608,46	-7.893.782,96	3.820.825,50
VEICULOS	237.001,40	-185.959,75	51.041,65
<b>Total</b>	<b>41.378.078,59</b>	<b>-29.188.555,25</b>	<b>12.189.523,34</b>

Tabela 18

<b>BENS MOVEIS - VALOR BRUTO</b>	<b>DEZ/2025</b>	<b>AV%</b>	<b>DEZ/2024</b>	<b>AV%</b>	<b>AH</b>	<b>AH%</b>
BENS DE INFORMATICA	24.110.942,26	58,27%	30.192.271,00	57,89%	-6.081.328,74	-20,14%
BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO	13.874,75	0,03%	9.353,00	0,02%	4.521,75	48,35%
DEMAIS BENS MOVEIS	20.147,55	0,05%	20.998,15	0,04%	-850,60	-4,05%
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	2.661.044,81	6,43%	3.374.184,19	6,47%	-713.139,38	-21,14%
MATERIAL CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO	2.620.459,36	6,33%	3.769.716,69	7,23%	-1.149.257,33	-30,49%
MOVEIS E UTENSILIOS	11.714.608,46	28,31%	14.551.702,64	27,90%	-2.837.094,18	-19,50%
VEICULOS	237.001,40	0,57%	239.170,00	0,46%	-2.168,60	-0,91%
<b>Total</b>	<b>41.378.078,59</b>	<b>100,00%</b>	<b>52.157.395,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>-10.779.317,08</b>	<b>-20,67%</b>

Os Bens de Informática correspondem a 58,27% do total dos Bens Móveis. Esses valores estão registrados integralmente na SPOA - Administrativo, especificamente na conta de Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Durante o período analisado, houve uma diminuição de R\$ 6.081.328,74, nessa categoria de bens.

Dos Móveis e Utensílios, que representa 28,31% do total, destacam-se as contas de Mobiliário em Geral, com o valor de R\$ 11.334.167,01, Máquinas e Utensílios de Escritório, com o valor de R\$ 20.521,64 e Aparelhos e Utensílios, com o valor de R\$ 359.919,81. Ocorreu redução de 19,50% entre os períodos, totalizando R\$ 2.837.094,18.

As Máquinas, Aparelhos, Equipamento e Ferramenta registraram um decréscimo de R\$ 707.231,38, assim como Material Cultural, Educacional e de Comunicação diminuiu em R\$ 1.149.257,33.

No decorrer do exercício de 2025 houve movimentação patrimonial com saídas com bens classificados pela equipe técnica como inservíveis ou ocioso, além de entradas por aquisição, transferências, dentre outras, conforme abaixo:

De entradas patrimoniais ocorreram 1092 compras, 117 recebimentos de transferências externas, 1 ressarcimento e 25 atos de destinação, totalizando 1235 entradas.

As saídas patrimoniais foram de 2515 doações, 34 transferências externas e 1 baixa administrativas. Das 2515 doações, 2208 itens foram dados como antieconômicos e 307 ociosos.

Tabela 19

<b>DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS</b>	<b>DEZ/2025</b>	<b>AV%</b>	<b>DEZ/2024</b>	<b>AV%</b>	<b>AH</b>	<b>AH%</b>
DEPRECIACAO ACUMULADA	-29.188.555,25	100,00%	-37.449.414,08	100,00%	8.260.858,83	-22,06%
<b>Total</b>	<b>-29.188.555,25</b>	<b>100,00%</b>	<b>-37.449.414,08</b>	<b>100,00%</b>	<b>8.260.858,83</b>	<b>-22,06%</b>

A depreciação acumulada dos Bens Móveis apresentou uma redução percentual de 22,06%, equivalente a R\$ 8.260.858,83. Essa redução ocorreu, principalmente, devido as transferências e/ou doações dos Bens Móveis realizadas para outros órgãos. Essas transferências e/ou doações devem ser realizadas pelo valor líquido dos bens, ou seja, com a baixa das depreciações acumuladas, conforme previsto no item 9 da [Macrofunção 020330 – Depreciação](#),

[Amortização e Exaustão na Administração Direta da União](#) e conforme orientações da [Macro-função 020343 – Bens Móveis](#).

## 08. BENS IMÓVEIS

No exercício de 2025, os Bens Imóveis totalizaram R\$ 152.883.957,05, representando 92,62% do total do Imobilizado. Em comparação com o último trimestre de 2024, houve um aumento de 35,75%, ou seja, R\$ 40.262.549,66. Os Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet representam 94,87% dos Bens Imóveis e os Bens Imóveis em Andamento representam 5,13%. Estão segmentados da seguinte forma:

Tabela 20

BENS IMOVEIS - VALOR LIQUIDO	VALOR BRUTO DEZ/25	DEPRECIACAO ACUMULADA	VALOR LIQUIDO DEZ/25
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	145.077.471,29	-31.672,57	145.045.798,72
BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	7.838.158,33		7.838.158,33
<b>Total</b>	<b>152.915.629,62</b>	<b>-31.672,57</b>	<b>152.883.957,05</b>

Tabela 21

BENS IMOVEIS - VALOR BRUTO	DEZ/2025	AV%	DEZ/2024	AV%	AH	AH%
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	145.077.471,29	94,87%	111.481.062,73	98,79%	33.596.408,56	30,14%
BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	7.838.158,33	5,13%	1.367.041,42	1,21%	6.471.116,91	473,37%
<b>Total</b>	<b>152.915.629,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>112.848.104,15</b>	<b>100,00%</b>	<b>40.067.525,47</b>	<b>35,51%</b>

Todo o valor dos Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET está incluído na SPOA - Administrativo que é responsável pelo patrimônio do Órgão.

O saldo registrado na SPOA – Adm. é referente a parte utilizada pelo MTR do edifício sede localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco R, utilização de parte do edifício anexo a esse. Também há o terreno e galpão utilizado pelo MTR no Setor de Garagens e Oficinas de Brasília, para depósito de arquivos. Consta aumento de R\$ 33.596.408,56 devido reavaliação de três imóveis realizados pela empresa Mega Engenharia Diagnóstica.

A reavaliação no sistema SPIUNet, é prevista na [Portaria Conjunta nº 38](#), de 31 de julho de 2020, que estabelece os prazos para atualização cadastral das informações referentes a ocupação dos imóveis de uso especial utilizados pela União, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, próprios ou de terceiros.

Importante destacar que o Bloco R, edifícios Sede e Anexo, é ocupado, também, além do Ministério dos Transportes, pelos Ministérios da Comunicação - MCOM, Portos e Aeroportos - MPOR e Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM/PR. O valor que está registrado no SPIUnet do Bloco R, sede e anexo, é R\$ 132.684.555,32. Da área total do edifício sede, o MTR ocupa apenas 32,46%, já do edifício anexo a ocupação chega a 54,81%,

portanto, o correto registro no SPIUnet deveria ser de R\$ 64.770.549,08, ou seja, 48,82% do valor anotado.

Os Bens imóveis em andamento totalizam R\$ 7.838.158,33, refere-se à prestação de serviço de modernização integral, incluindo a substituição de quinze elevadores do edifício sede localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco R e seu anexo, em um contrato estimado em cerca de R\$ 9 milhões.

A depreciação de Bens Imóveis passou de R\$ 226.696,76 no período de dezembro de 2024 para R\$ 31.672,57 no quarto trimestre de 2025, representando um decréscimo de 86,03%. Essa variação na depreciação acumulada dos bens refere-se ao estorno da depreciação acumulada dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet que foram reavaliados.

Tabela 22

DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS	DEZ/2025	AV%	DEZ/2024	AV%	AH	AH%
DEPRECIACAO ACUMULADA	-31.672,57	100,00%	-226.696,76	100,00%	195.024,19	-86,03%
<b>Total</b>	<b>-31.672,57</b>	<b>100,00%</b>	<b>-226.696,76</b>	<b>100,00%</b>	<b>195.024,19</b>	<b>-86,03%</b>

## 09. INTANGÍVEL

No exercício de 2025 o valor correspondente a Ativo Intangível representou 2,08% do total do Ativo Não Circulante, sendo equivalente a R\$ 12.323.106,23. O valor bruto está distribuído da seguinte forma:

Tabela 23

INTANGIVEL - VALOR BRUTO	DEZ/2025	AV%	DEZ/2024	AV%	AH	AH%
SOFTWARES COM VIDA UTIL DEFINIDA	96.499,20	0,78%	96.499,20	0,78%	0,00	0,00%
SOFTWARES COM VIDA UTIL INDEFINIDA	12.284.512,63	99,22%	12.284.512,63	99,22%	0,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>12.381.011,83</b>	<b>100,00%</b>	<b>12.381.011,83</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>

Com relação ao valor bruto de Software observa-se que não ocorreu diferença entre o período analisado, sendo 99,22% dos Softwares registrados como vida útil indefinida, não qual não irá amortizar, e somente 0,78% incluídos como vida útil definida, que incidirá amortização.

Tabela 24

AMORTIZACAO ACUMULADA - INTANGIVEL	DEZ/2025	AV%	DEZ/2024	AV%	AH	AH%
SOFTWARES	-57.905,60	100,00%	-40.539,20	100,00%	-17.366,40	42,84%
<b>Total</b>	<b>-57.905,60</b>	<b>100,00%</b>	<b>-40.539,20</b>	<b>100,00%</b>	<b>-17.366,40</b>	<b>42,84%</b>

Em comparação a dezembro de 2024, observa-se acréscimo de 42,84% no saldo de amortização acumulada, equivalente a R\$ 17.366,40, decorrente, do reconhecimento mensal da amortização, sendo está a única variação de intangível.

## 10. ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Os Adiantamento a Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo em dezembro de 2025 totalizaram R\$ 13.651.505,19, representando aproximadamente 42,70% do total do Passivo

Circulante. Em comparação com o período anterior, houve um decréscimo de R\$ 4.128.192,51, que corresponde a uma redução em 23,22% no valor das obrigações.

Tabela 25

ADIANTAMENTO A CLIENTES E DEMAIS OBRIGACOES A CP	DEZ/2025	AV%	DEZ/2024	AV%	AH	AH%
OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	519.430,14	3,80%	623.652,40	3,51%	-104.222,26	-16,71%
VALORES RESTITUIVEIS	13.132.075,05	96,20%	17.156.045,30	96,49%	-4.023.970,25	-23,46%
<b>Total</b>	<b>13.651.505,19</b>	<b>100,00%</b>	<b>17.779.697,70</b>	<b>100,00%</b>	<b>-4.128.192,51</b>	<b>-23,22%</b>

Em Outras Obrigações a Curto Prazo há os valores referem-se aos ressarcimentos à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, à Companhia Docas do Rio de Janeiro, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Tribunal de Contas do Estado da Paraíba - TCE/PB e outros órgãos com empregados cedidos ao MTR, assim como Indenizações, Restituições e Compensações. Ocorreu redução de 16,71%, no total de R\$ 104.222,26, entre os períodos.

Os Valores Restituíveis são referentes as consignações e depósitos não judiciais, sendo que este último corresponde a 70,26% dos Valores Restituíveis. Estão distribuídos conforme abaixo:

Tabela 26

VALORES RESTITUIVEIS	DEZ/2025	AV%	DEZ/2024	AV%	AH	AH%
CONSIGNACOES	3.905.473,18	29,74%	5.763.375,42	33,59%	-1.857.902,24	-32,24%
DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	9.226.601,87	70,26%	11.392.669,88	66,41%	-2.166.068,01	-19,01%
<b>Total</b>	<b>13.132.075,05</b>	<b>100,00%</b>	<b>17.156.045,30</b>	<b>100,00%</b>	<b>-4.023.970,25</b>	<b>-23,46%</b>

Das Consignações o FUNSET registrou R\$ 6.000,00 de valores a pagar referente ao prêmio SENATRAN de 2025, na SPOA – Administrativo o montante de R\$ 1.246.958,04 refere-se as Retenções Previdenciárias nos contratos de prestações de serviços, na COGEP o saldo de R\$ 2.123.541,46 é referente as Retenções Previdenciárias e demais tributos da folha de pagamento e o valor de R\$ 528.973,68 na SGETI dos contratos relacionados a tecnologia.

O valor registrado de Depósitos não Judiciais no montante de R\$ 9.226.607,87 refere-se à reconhecimento do saldo retido a conta vinculada, em atendimento ao item 4.6 da [Macro-função 021126 – Depósito em Garantia](#).

## 11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

No exercício de 2025 em Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo do MTR ocorreu uma variação positiva expressiva de R\$ 1.423.133,27, o que corresponde a aumento percentual de 237,90% em relação ao valor registrado em dezembro de 2024.

Tabela 27

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	DEZ/2025	AV%	DEZ/2024	AV%	AH	AH%
FORNECEDORES NACIONAIS	2.021.337,24	100,00%	598.203,97	100,00%	1.423.133,27	237,90%
<b>Total</b>	<b>2.021.337,24</b>	<b>100,00%</b>	<b>598.203,97</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.423.133,27</b>	<b>237,90%</b>

Os valores referem-se as apropriações e, consequentes, pagamentos de Ordens Bancárias relacionadas aos diversos prestadores de serviços necessários para o funcionamento desta Pasta, cujos pagamentos permaneceram pendentes ao final do exercício.

Este valor está em registrado na SPOA – Administrativo e SGETI, responsável pela execução de pagamento dos contratos e serviços administrativos e dos de tecnologia, respectivamente. Os principais fornecedores a serem pagos estão listados conforme tabela a seguir:

Tabela 28

PRINCIPAIS FORNECEDORES	DEZ/2025
A S PINTO	11.700,00
AC SEGURANCA LTDA	343.524,88
IASMIM LAIS GONCALVES SANTOS	15.346,20
R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA	149.334,46
SECRETARIA DA CORTE INTERNACIONAL DE ARBITRAGEM BRASIL	500.000,00
SERPRO - SEDE - BRASILIA	1.001.431,70
<b>Total</b>	<b>2.021.337,24</b>

Sendo a SGETI responsável pelo contrato do SEPRO no montante a pagar de R\$ 1.001.431,70 e a SPOA – Administrativo aos demais, pelo saldo de R\$ 1.019.905,54.

## 12. RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Tabela 29

DEMAIS RESERVAS - PATRIMONIO LIQUIDO	DEZ/2025	AV%	DEZ/2024	AV%	AH	AH%
REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS	100.932.526,83	100,00%	67.036.365,56	100,00%	33.896.161,27	50,56%
<b>Total</b>	<b>100.932.526,83</b>	<b>100,00%</b>	<b>67.036.365,56</b>	<b>100,00%</b>	<b>33.896.161,27</b>	<b>50,56%</b>

As Reservas de Reavaliação no exercício de 2025 correspondem a R\$ 100.932.526,83, o que representa 7,22% do total do Patrimônio Líquido. Observa-se que no período em análise ocorreu variação positiva de 50,56%.

Conforme a [Portaria Conjunta SPU/STN nº 703/2014](#), a reavaliação de bens imóveis no setor público federal é definida como a alocação de novo valor ao imóvel após a mensuração inicial, obtido a partir do valor justo. A reavaliação é um dos procedimentos contábeis aplicáveis aos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, com o objetivo de refletir com maior precisão o valor patrimonial desses ativos no balanço contábil.

Todo o valor referente à reavaliação de bens imóveis está registrado na unidade SPOA – Administrativo. No último trimestre do exercício de 2025, houve um acréscimo de R\$ 33.896.161,27 em relação ao período anterior. Esse aumento decorre da atualização, no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNet), dos valores dos imóveis atualmente registrados no referido sistema por uso deste Ministério.

### 13. RESULTADOS ACUMULADOS

No exercício de 2025, os Resultados Acumulados totalizam a R\$ 1.296.294.760,72, o que representa 92,78% do total do Patrimônio Líquido. o que demonstra a predominância de resultados patrimoniais positivos na composição da situação líquida do órgão. Observa-se que nos períodos em análise ocorreu variação negativa de 50,64%.

Tabela 30

RESULTADOS ACUMULADOS	DEZ/2025	AV%	DEZ/2024	AV%	AH	AH%
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	409.157.081,21	31,56%	1.062.859,69	0,04%	408.094.221,52	38395,87%
SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	-1.739.203.540,73	-134,17%	784.491.629,89	29,87%	-2.523.695.170,62	-321,70%
SUPERAVITS OU DEFICITS EXERCICIOS ANTERIORES	2.626.341.220,24	202,60%	1.840.786.730,66	70,09%	785.554.489,58	42,67%
<b>Total</b>	<b>1.296.294.760,72</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.626.341.220,24</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1.330.046.459,52</b>	<b>-50,64%</b>

Ocorreu déficit no exercício de 2025 no valor de R\$ 1.739.203.540,73, conforme tabela:

Tabela 31

SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	DEZ/2025	AV%
FUNSET	-1.749.915.551,87	100,62%
MTR	10.712.011,14	-0,62%
<b>Total</b>	<b>-1.739.203.540,73</b>	<b>100,00%</b>

A principal unidade que contribuiu para o déficit do exercício 2025 foi o FUNSET, que corresponde a redução de saldo da CTU, não foram sentidos impactos maiores desta redução por rendimentos e novas aplicações que ocorreram no período, conforme [Nota 04. Caixa e Equivalentes de Caixa](#).

Tabela 32

AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	DEZ/2025	AV%
COGEP	716.491,87	0,18%
SNTF	408.104.088,92	99,74%
SPOA - ADMINISTRATIVO	336.500,42	0,08%
<b>Total</b>	<b>409.157.081,21</b>	<b>100,00%</b>

Os Ajustes de Exercícios Anteriores ocorreram em sua totalidade no MTR, no valor de R\$ 409.157.081,21, referem-se a correções decorrentes de erros materiais, omissões ou mudanças de critérios contábeis, reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido, conforme disposto no MCASP. A SNTF contribuiu com 99,74%, a COGEP com R\$ 0,18% e a SPOA – Administrativo com 0,08% desses reconhecimentos.

No período analisado, esses ajustes representaram 31,56% do total dos resultados acumulados e estão maiores detalhados na [Nota 06. Ativo Realizável a Longo Prazo](#).

### 14. RECEITAS

No MTR, as arrecadações somente são de receitas corretes, sendo essas receitas divididas em três subgrupos, a seguir:

Tabela 33

RECEITAS CORRENTES	PREVISAO ATUALIZADA DEZ/2025	RECEITA ARRECADADA DEZ/2025	AV%	% ARRECADACAO DA PROVISAO
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	680.456.357,00	768.491.543,43	78,66%	12,94%
RECEITA DE SERVICOS	71.585.659,00	62.649.321,34	6,41%	-12,48%
RECEITA PATRIMONIAL	179.622.810,00	145.850.921,87	14,93%	-18,80%
<b>Total</b>	<b>931.664.826,00</b>	<b>976.991.786,64</b>	<b>100,00%</b>	<b>4,87%</b>

A previsão de receitas para 2025 foram de R\$ 931.664.826,00, em comparação ao exercício de 2024 ocorreu redução da previsão das receitas em 7,56%, no montante de R\$ 76.173.954,00. Essa diminuição da previsão é decorrente do encerramento dos valores pagos pela Ferrovia Centro-Atlântica – FCA por meio de decisão judicial em sessenta parcelas, no qual findou-se em dezembro de 2024.

As receitas mencionadas são arrecadas pelo FUNSET, remuneração de depósitos bancários na CTU, de serviços prestados/administrados pela SENATRAN, provenientes de diferentes fontes como, Registro Nacional de Infrações – RENAINF, serviços administrativos e comerciais gerais, registros, certificação e fiscalização e DPVAT.

Foi arrecadado das Receitas de Serviços R\$ 62.649.321,34. A Receita de Serviços foi arrecada conforme a seguir:

Tabela 34

RECEITA DE SERVICOS	RECEITA ARRECADADA DEZ/2025	AV%	RECEITA ARRECADADA DEZ/2024	AH	AH%
SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	59.336.529,11	94,71%	72.659.465,60	-13.322.936,49	-18,34%
SERVICOS DE REGISTRO, CERTIFICACAO E FISCALIZACAO	3.312.792,23	5,29%	2.770.170,55	542.621,68	19,59%
SERVICOS DE REGISTRO, CERTIFICACAO E FISCALIZACAO - MULTAS E JUROS	0,00	0,00%	266,00	-266,00	-100,00%
<b>Total</b>	<b>62.649.321,34</b>	<b>100,00%</b>	<b>75.429.902,15</b>	<b>-12.780.580,81</b>	<b>-16,94%</b>

O saldo de R\$ 59.336.529,11 é referente ao RENAIF, R\$ 1.814.600,00 de registros e credenciamentos de ITL e R\$ 1.498.192,23 de certificação de produtos e serviços. Em comparação as receitas arrecadadas do ano anterior, a redução foi de R\$ 13.322.936,49 de arrecadação de RENAIF.

A Receita Patrimonial refere-se cem por cento de remuneração de depósitos bancários na CTU, no qual foi frustrada a arrecadação em 18,80% do previsto ao período. Assim como ocorreu redução da arrecadação de R\$ 44.702.314,54 comparado ao mesmo período de 2024, equivalente ao decréscimo de 23,46%. O fato gerador dessas reduções está explicado na [Nota 04. Caixa e Equivalentes de Caixa](#).

Tabela 35

OUTRAS RECEITAS CORRENTES	RECEITA		AV%	RECEITA		AH	AH%
	ARRECADADA DEZ/2025			ARRECADADA DEZ/2024			
BENS, DIR. E VALORES INCORPORADOS AO PATR. PUB.	0,00	0,00%		167.995.237,68	-167.995.237,68	-100,00%	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	17.641,46	0,00%		42.795,33	-25.153,87	-58,78%	
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	768.473.901,97	100,00%		714.732.395,61	53.741.506,36	7,52%	
<b>Total</b>	<b>768.491.543,43</b>	<b>100,00%</b>		<b>882.770.428,62</b>	<b>-114.278.885,19</b>	<b>-12,95%</b>	

No MTR, as arrecadações de Outras Receitas Correntes foram do DPVAT de exercícios anteriores, no qual somente foram pagos no exercício atual, pelo valor de R\$ 17.641,46, redução de R\$ 25.153,87 em relação ao mesmo período do exercício anterior, equivalente a 58,78%.

Também ocorreu arrecadação dos 5% do recolhimento de multas de trânsito em todo país, aos quais legalmente o FUNSET tem direito. Houve um aumento na arrecadação de R\$ 53.741.506,36 em comparação com o período anterior, representando um acréscimo de 7,52% na receita.

Não ocorreram arrecadações de bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público conforme mencionado anteriormente, no qual os pagamentos realizados pela FCA findaram em 2024, redução de arrecadação de R\$ 167.995.237,68 comparando os exercícios.

## 15. DESPESAS CORRENTES

Tabela 36

DESPESAS CORRENTES	DOTACAO		DESPESAS	AV%	AH%
	ATUALIZADA DEZ/2025				
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	249.204.669,00		245.594.133,17	65,80%	98,55%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	131.128.648,00		127.662.957,09	34,20%	97,36%
<b>Total</b>	<b>380.333.317,00</b>		<b>373.257.090,26</b>	<b>100,00%</b>	<b>98,14%</b>

As despesas correntes apresentaram dotação orçamentária atualizada no valor de R\$ 380.333.317,00. Desse total, R\$ 131.128.648,00, correspondentes a 34,48%, foram destinados a Pessoal e Encargos Sociais, contemplando despesas com remunerações, benefícios, encargos trabalhistas e demais gastos relacionados aos servidores e colaboradores do órgão, conforme a legislação vigente.

No exercício de 2025 foram empenhados R\$ 373.257.090,26 da dotação atualizada das despesas correntes, equivalente a 98,14% da dotação disponível. Desse total, R\$ 127.662.957,09 referem-se a Pessoal e Encargos Sociais, enquanto R\$ 245.594.133,17 foram destinados a Outras Despesas Correntes.

Ao término do exercício, as despesas correntes pagas totalizaram R\$ 220.832.314,53, sendo R\$ 116.138.565,33 relativos a Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 104.693.749,20 referentes a Outras Despesas Correntes, refletindo o desembolso financeiro efetivamente realizado no período.

Tabela 37

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	DESPESAS EMPENHADAS DEZ/2025	AV%	DESPESAS LIQUIDADAS DEZ/2025	DESPESAS PAGAS DEZ/2025	AV%	AH%
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	51.256,08	0,04%	51.256,08	49.355,73	0,04%	96,29%
CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	60.000,00	0,05%	52.888,64	51.303,31	0,04%	85,51%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	313.149,89	0,25%	313.149,89	309.428,02	0,27%	98,81%
OBRIGACOES PATRONAIS	20.401.037,27	15,98%	19.982.275,31	18.836.030,39	16,22%	92,33%
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS	631.048,71	0,49%	631.048,71	579.372,00	0,50%	91,81%
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	13.500.000,00	10,57%	11.654.930,81	11.137.832,24	9,59%	82,50%
SENTENCAS JUDICIAIS	281.468,02	0,22%	281.468,02	258.241,60	0,22%	91,75%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	92.424.997,12	72,40%	92.329.571,60	84.917.002,04	73,12%	91,88%
<b>Total</b>	<b>127.662.957,09</b>	<b>100,00%</b>	<b>125.296.589,06</b>	<b>116.138.565,33</b>	<b>100,00%</b>	<b>90,97%</b>

Na comparação entre os pagamentos realizados até dezembro de 2025 e dezembro de 2024, observa-se redução expressiva nas despesas com pessoal e encargos sociais. Até dezembro de 2024, as despesas pagas totalizaram R\$ 2.554.593.416,34, ao passo que, no mesmo período de 2025, o montante pago correspondeu a R\$ 116.138.565,33, representando uma redução de R\$ 2.438.454.851,01.

Esta redução decorre, fundamentalmente, da readequação orçamentária promovida no exercício, pela qual as despesas de pessoal e encargos sociais relativas a aproximadamente 65 mil servidores inativos e pensionistas, anteriormente consignadas no orçamento do Ministério dos Transportes, passaram a integrar o orçamento do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

No que se refere à composição das despesas de pessoal e encargos sociais pagas no exercício de 2025, a maior parcela, correspondente a 73,12%, destinou-se ao pagamento de vencimentos e vantagens fixas. Em seguida, 16,22% do total refere-se a obrigações patronais, enquanto 9,59% correspondem ao ressarcimento de pessoal requisitado.

Em análise do orçamento utilizado em 2025 foi executado 90,97% das despesas de Pessoal e Encargos Sociais, entretanto o pagamento da folha de pessoal de dezembro ocorre no primeiro dia útil do ano posterior, resultando que o orçamento empenhado daquela folha em específico seja registrado ao próximo ano como Restos a Pagar Processados, embora não executado no ano será utilizado.

Tabela 38

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS EMPENHADAS DEZ/2025	AV%	DESPESAS LIQUIDADAS DEZ/2025	DESPESAS PAGAS DEZ/2025	AV%	AH%
AUXILIO-ALIMENTACAO	10.275.462,04	4,18%	10.275.462,04	9.372.446,83	8,95%	91,21%
AUXILIO-TRANSPORTE	1.550.829,88	0,63%	1.550.829,88	1.429.772,44	1,37%	92,19%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.811,55	0,00%	6.811,55	6.811,55	0,01%	100,00%
DIARIAS	2.485.918,08	1,01%	2.485.918,08	2.485.918,08	2,37%	100,00%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.204.930,97	0,90%	2.079.449,29	1.938.675,66	1,85%	87,92%
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	84.423.843,61	34,38%	39.379.657,89	38.515.343,56	36,79%	45,62%
MATERIAL DE CONSUMO	135.925,50	0,06%	54.013,12	51.370,23	0,05%	37,79%
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	35.070,49	0,01%	26.524,81	26.322,10	0,03%	75,05%
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	168.138,42	0,07%	168.138,42	160.428,46	0,15%	95,41%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	36.926.703,46	15,04%	16.303.561,34	15.936.222,71	15,22%	43,16%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	7.066.132,69	2,88%	4.163.532,56	4.137.674,77	3,95%	58,56%
PENSOES ESPECIAIS	25.211,00	0,01%	23.895,44	21.563,87	0,02%	85,53%
PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS	20.000,00	0,01%	20.000,00	14.000,00	0,01%	70,00%
SERVICOS DE CONSULTORIA	58.003.773,98	23,62%	8.950.193,98	8.820.959,69	8,43%	15,21%
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	42.265.381,50	17,21%	22.099.390,23	21.776.239,25	20,80%	51,52%
<b>Total</b>	<b>245.594.133,17</b>	<b>100,00%</b>	<b>107.587.378,63</b>	<b>104.693.749,20</b>	<b>100,00%</b>	<b>42,63%</b>

Na comparação entre os pagamentos realizados até dezembro dos exercícios de 2024 e 2025, verifica-se redução nas despesas relativas a Outras Despesas Correntes. Em 2024, os pagamentos totalizaram R\$ 134.100.284,89, enquanto, em 2025, alcançaram R\$ 104.693.749,20, resultando em uma diminuição de R\$ 29.406.535,69 no período analisado.

Ao final do exercício de 2025, os pagamentos efetuados no âmbito de Outras Despesas Correntes apresentaram a seguinte distribuição por principais grupos de despesa:

- Locação de Mão de Obra: pagamentos no montante de R\$ 38.515.343,56, correspondentes a 36,79% do total pago, evidenciando a relevância dos contratos de apoio administrativo e operacional para a manutenção das atividades do órgão.
- Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC): total de R\$ 21.776.239,25, equivalente a 20,80% dos pagamentos realizados, refletindo a necessidade de sustentação e evolução da infraestrutura tecnológica e dos sistemas corporativos.
- Outros Serviços de Terceiros: pagamentos de R\$ 15.936.222,71, que representam 15,22% do total, com destaque para as despesas relacionadas a serviços de energia elétrica e à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- Auxílio-Alimentação: pagamentos no valor de R\$ 9.372.446,83, correspondentes a 8,95% do total pago, destinados ao atendimento do benefício concedido aos servidores.

## 16. DESPESAS DE CAPITAL

Tabela 39

DESPESAS DE CAPITAL	DOTACAO ATUALIZADA DEZ/2025	DESPESAS EMPENHADAS DEZ/2025	AV%	AH%
INVESTIMENTOS	616.018.356,00	588.888.360,22	100,00%	95,60%
<b>Total</b>	<b>616.018.356,00</b>	<b>588.888.360,22</b>	<b>100,00%</b>	<b>95,60%</b>

Há uma dotação atualizada de R\$ 616.018.356,00 para as Despesas de Capital, sendo que a totalidade desse valor, ou seja, cem por cento, é destinada para Investimentos. Desse montante 94,72% foram destinados a Outros Serviços de Terceiros e 0,88% a Equipamentos e Material Permanente, restando 4,40% de participação da União em projetos de concessão de rodovias outorgadas à iniciativa privada nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, bem como à participação da União em projetos de concessões ferroviárias outorgadas à iniciativa privada nacional.

Foram empenhados o valor de R\$ 588.888.360,22, dos quais 99,08% referem-se a Outros Serviços de Terceiros e 0,92% a Equipamentos e Material Permanente.

Do valor empenhado, foram liquidados R\$ 583.795.827,19 e pagos o montante de R\$ 583.767.043,40, sendo R\$ 583.461.830,19 de indenizações que resultaram em Obras em Andamento após encerramento do contrato de concessão da ViaBahia (BR-116 e BR-324), esse ativo imobilizado de Obras em Andamento foi transferido ao DNIT responsável pelo Sistema Federal de Viação, e R\$ 305.213,21 de equipamentos para áudio, vídeo e foto, aparelhos e utensílios domésticos assim como mobiliário em geral para modernização das instalações ministerial.

## 17. EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DAS DESPESAS CORRENTES

Em 2025, foram inscritos Restos a Pagar de Despesas Correntes no montante de R\$ 333.080.419,26, dos quais R\$ 191.753.278,76 referem-se a despesas com Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 141.327.140,50 a Outras Despesas Correntes.

Tabela 40

RP DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	INSCRITOS	AV%	PAGOS	AV%
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	36.565.654,53	19,07%	36.565.654,53	19,66%
CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	5.218,05	0,00%	5.218,05	0,00%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	724,10	0,00%	724,10	0,00%
OBRIGACOES PATRONAIS	5.377.312,11	2,80%	1.062.934,93	0,57%
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS	68.364,02	0,04%	68.364,02	0,04%
PENSOES	138.417.114,26	72,19%	138.417.114,26	74,44%
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	3.376.972,81	1,76%	2.222.694,25	1,20%
SENTENCAS JUDICIAIS	35.210,68	0,02%	35.210,68	0,02%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	7.906.708,20	4,12%	7.573.057,75	4,07%
<b>Total</b>	<b>191.753.278,76</b>	<b>100,00%</b>	<b>185.950.972,57</b>	<b>100,00%</b>

No âmbito das despesas com Pessoal e Encargos Sociais, os maiores valores inscritos concentraram-se em Pensões, no valor de R\$ 138.417.114,26, Aposentadorias e Reformas, no montante de R\$ 36.565.654,53, Vencimentos e Vantagens Fixas, no valor de R\$ 7.906.708,20 e Obrigações Patronais no saldo de R\$ 5.377.312,11.

Até dezembro de 2025, foram realizados pagamentos de Restos a Pagar no valor de R\$ 185.950.972,57 relativos a Pessoal e Encargos Sociais. Desse total os principais pagamentos

foram 74,44% de Pensões, 19,66% de Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas e 4,07% de Vencimentos e Vantagens Fixas

Tabela 41

RP DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	CANCELADOS	AV%	A PAGAR	AV%
OBRIGACOES PATRONAIS	4.314.377,18	74,36%	0,00	
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	1.154.278,56	19,89%	0,00	
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	333.650,45	5,75%	0,00	
<b>Total</b>	<b>5.802.306,19</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,00</b>	

No mesmo período, registraram-se cancelamentos de Restos a Pagar de Pessoal e Encargos Sociais no montante de R\$ 5.802.306,19, concentrados majoritariamente nas Obrigações Patronais, que totalizaram R\$ 4.314.377,18. Adicionalmente, foram cancelados valores referentes a Ressarcimento de Despesas com Pessoal Requisitado, no montante de R\$ 1.154.278,56, e a Vencimentos e Vantagens Fixas, no valor de R\$ 333.650,45.

Tabela 42

RP DE OUTRAS DESPESAS CORRENTES	RP INSCRITOS DEZ/2025	AV%	RP PAGOS DEZ/2025	AV%	AH%
AUXILIO-ALIMENTACAO	883.653,85	0,63%	883.653,85	1,55%	100,00%
AUXILIO-TRANSPORTE	130.612,53	0,09%	130.612,53	0,23%	100,00%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	9.126,28	0,01%	9.126,28	0,02%	100,00%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.154.030,73	1,52%	2.033.155,83	3,56%	94,39%
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	37.577.938,58	26,59%	24.124.233,95	42,27%	64,20%
MATERIAL DE CONSUMO	176.545,66	0,12%	158.195,66	0,28%	89,61%
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	94.837,11	0,07%	5.555,54	0,01%	5,86%
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	54.564,85	0,04%	35.648,88	0,06%	65,33%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	31.832.223,84	22,52%	14.430.507,95	25,29%	45,33%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.980.992,57	2,11%	616.164,26	1,08%	20,67%
PENSOES ESPECIAIS	4.682,81	0,00%	1.123,37	0,00%	23,99%
SERVICOS DE CONSULTORIA	34.862.905,79	24,67%	4.099.268,60	7,18%	11,76%
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	30.565.025,90	21,63%	10.542.837,76	18,47%	34,49%
<b>Total</b>	<b>141.327.140,50</b>	<b>100,00%</b>	<b>57.070.084,46</b>	<b>100,00%</b>	<b>40,38%</b>

Quanto às Outras Despesas Correntes, destacaram-se as inscrições referentes à Locação de Mão de Obra, no valor de R\$ 37.577.938,58, Serviços de Consultoria, no montante de R\$ 34.862.905,79, Outros Serviços de Terceiros, no valor de R\$ 31.832.223,84, e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), no saldo de R\$ 30.565.025,90.

No tocante às Outras Despesas Correntes, foram pagos R\$ 57.070.084,46 até o encerramento do exercício, com maior representatividade da Locação de Mão de Obra, no valor de R\$ 24.124.233,95; Outros Serviços de Terceiros, no montante de R\$ 14.430.507,95; Serviços de TIC, que totalizaram R\$ 10.542.837,76; e Serviços de Consultoria, no valor de R\$ 4.099.268,60.

Ao final do exercício de 2025, permaneceu inscrito o saldo de R\$ 44.505.530,43 em Restos a Pagar a pagar em Outras Despesas Correntes, distribuído, principalmente, entre Serviços de TIC, no valor de R\$ 17.222.348,77, Outros Serviços de Terceiros, no montante de R\$

14.397.333,04, Serviços de Consultoria, que totalizaram R\$ 9.893.569,17, Locação de Mão de Obra, no valor de R\$ 2.058.350,46 e Passagens e Despesas com Locomoção, no montante de R\$ 858.829,28.

Tabela 43

RP DE OUTRAS DESPESAS CORRENTES CANCELADAS	RP CANCELADOS DEZ/2025	AV%	RP A PAGAR DEZ/2025	AV%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	120.874,90	0,29%	0,00	0,00%
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	11.395.354,17	27,30%	2.058.350,46	4,62%
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00%	18.350,00	0,04%
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	32.531,86	0,08%	56.749,71	0,13%
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	18.915,97	0,05%	0,00	0,00%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	3.004.382,85	7,20%	14.397.333,04	32,35%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.505.999,03	3,61%	858.829,28	1,93%
PENSOES ESPECIAIS	3.559,44	0,01%	0,00	0,00%
SERVICOS DE CONSULTORIA	22.858.575,52	54,76%	9.893.569,17	22,23%
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	2.799.839,37	6,71%	17.222.348,77	38,70%
<b>Total</b>	<b>41.740.033,11</b>	<b>100,00%</b>	<b>44.505.530,43</b>	<b>100,00%</b>

Ainda em 2025, registraram-se cancelamentos de Restos a Pagar em Outras Despesas Correntes no valor total de R\$ 41.740.033,11, com maior incidência nos Serviços de Consultoria, no montante de R\$ 22.858.575,52, Locação de Mão de Obra, no valor de R\$ 11.395.354,17, Outros Serviços de Terceiros, que totalizaram R\$ 3.004.382,85, Serviços de TIC, no valor de R\$ 2.799.839,37 e Passagens e Despesas com Locomoção, no montante de R\$ 1.505.999,03.

## 18. EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DAS DESPESAS DE CAPITAL

No exercício de 2025, foram inscritos Restos a Pagar relativos a Despesas de Capital no valor de R\$ 13.227.817,91, integralmente classificados como Investimentos, em consonância com a natureza da despesa e com as disposições legais e normativas aplicáveis. Do montante inscrito, R\$ 8.901.825,34 referem-se a Outros Serviços de Terceiros, R\$ 2.517.187,65 a Equipamentos e Material Permanente, R\$ 566.454,92 a Obras e Instalações e R\$ 1.242.350,00 a Auxílios.

Tabela 44

RP DE INVESTIMENTOS	RP INSCRITOS DEZ/2025	AV%	RP PAGOS DEZ/2025	AV%	AH%
AUXILIOS	1.242.350,00	9,39%	1.082.574,13	11,00%	87,14%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.517.187,65	19,03%	2.285.042,52	23,22%	90,78%
OBRAS E INSTALACOES	566.454,92	4,28%	521.138,53	5,30%	92,00%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	8.901.825,34	67,30%	5.950.740,05	60,48%	66,85%
<b>Total</b>	<b>13.227.817,91</b>	<b>100,00%</b>	<b>9.839.495,23</b>	<b>100,00%</b>	<b>74,38%</b>

No mesmo exercício, foram realizados pagamentos de Restos a Pagar no valor total de R\$ 9.839.495,23, sendo R\$ 5.950.740,05 relativos a Outros Serviços de Terceiros, R\$ 2.285.042,52 a Equipamentos e Material Permanente, R\$ 1.082.574,13 a Auxílios e R\$ 521.138,53 a Obras e Instalações, evidenciando avanço na execução financeira das despesas inscritas.

Tabela 45

<b>RP DE INVESTIMENTOS CANCELADOS</b>	<b>RP CANCELADOS DEZ/2025</b>	<b>AV%</b>	<b>RP A PAGAR DEZ/2025</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
AUXILIOS	136.100,00	38,46%	23.675,87	0,78%	87,14%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	217.820,13	61,54%	14.325,00	0,47%	90,78%
OBRAS E INSTALACOES	0,00	0,00%	45.316,39	1,49%	92,00%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	0,00	0,00%	2.951.085,29	97,25%	66,85%
<b>Total</b>	<b>353.920,13</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.034.402,55</b>	<b>100,00%</b>	<b>74,38%</b>

No decorrer do exercício financeiro de 2025, registraram-se cancelamentos de Restos a Pagar referentes às Despesas de Capital, no montante de R\$ 353.920,13, sendo R\$ 217.820,13 em Equipamentos e Material Permanente e de R\$ 136.100,00 em Auxílios.

Ao final do exercício, permaneceu o saldo de Restos a Pagar no montante de R\$ 3.034.402,55, distribuído em R\$ 2.951.085,29 de Outros Serviços de Terceiros, R\$ 14.325,00 de Equipamentos e Material Permanente, R\$ 23.675,87 de Auxílios e R\$ 45.316,39 de Obras e Instalações.